

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Agradecimentos</i> .....	IX
<i>Apresentação</i> .....	XI
<i>Prefácio</i> .....	XIII
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>1. LEGITIMIDADE COLETIVA: CONCEITO, ANTECEDENTES HISTÓRICOS E FUNDAMENTOS</b> .....	7
1.1. Considerações gerais sobre o conceito de legitimidade .....	7
1.2. Antecedentes remotos da legitimidade coletiva no direito romano e anglo-saxônico .....	13
1.3. O desenvolvimento das guildas e burgos, a monarquia inglesa e os writs of quo warranto.....	24
1.4. Transição da Idade Média para a Idade Moderna: As corporações, os litígios coletivos residuais e os bills of peace como antecedentes próximos da legitimação coletiva .....	25
1.4.1. A Court of Chancery.....	28
1.4.2. A chegada da modernidade e os questionamentos acerca da legitimação coletiva .....	33
1.5. A legitimidade coletiva nas class actions norte-americanas: principais fundamentos de um modelo referencial de legitimação .....	36
1.5.1. De Joseph Story à Equity Rule 38 .....	36
1.5.2. A Federal Rule 23 em sua redação original.....	38
1.5.3. O contexto norte-americano e as alterações de 1966 à Regra 23 .....	39
1.5.4. Requisitos gerais de admissibilidade das class actions e critérios autorizativos da legitimação coletiva.....	42
1.5.5. Right to opt out, requisitos específicos das damage class actions e diversidade de critérios que justificam a representação entre as categorias previstas na Regra 23.....	45



2. A AÇÃO CIVIL PÚBLICA E SUA IMPORTÂNCIA NO DIREITO PROCESSUAL BRASILEIRO.....	47
2.1. Origens da tutela coletiva de direitos no Brasil: o acesso à justiça e os influxos norte-americanos .....	47
2.2. Antecedentes da ação civil pública no Brasil .....	53
2.3. A importância da ação civil pública e a legitimação coletiva no direito processual civil brasileiro .....	61
2.4. As teorias que explicam a representação dos direitos coletivos no Brasil.....	65
3. A LEGITIMIDADE ATIVA NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA .....	75
3.1. Legitimidade coletiva, conflituosidade de direitos, representatividade e princípios constitucionais.....	75
3.2. Legitimidade coletiva e princípios constitucionais fundamentais .....	80
3.3. Legitimidade coletiva e princípios constitucionais processuais .....	85
3.4. O Modelo de Legitimação Ativa na Ação Civil Pública .....	90
3.5. A representatividade adequada dos legitimados ativos na ação civil pública e os princípios constitucionais .....	98
3.5.1. O Ministério Público.....	98
3.5.2. Demais entidades de direito público .....	105
3.5.3. A Defensoria Pública .....	108
3.5.4. Associações e Sindicatos.....	116
3.6. É taxativa a previsão contida na legislação infraconstitucional?.....	122
4. A LEGITIMIDADE ATIVA NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA E O CONTROLE DA REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA .....	131
4.1. Do controle jurisdicional da representatividade adequada na ação civil pública .....	131
4.2. Controle ope legis da representatividade adequada .....	135
4.3. Da necessidade do controle ope judicis da representatividade adequada e dos princípios constitucionais como parâmetros normativos.....	138
4.4. Tendências recentes do controle ope judicis da representatividade adequada.....	145
4.4.1. O controle ope judicis da representatividade adequada e a iniciativa publicista.....	147
4.4.2. O controle da adequação da representatividade das associações civis .....	160
4.5. Perspectivas para o controle da representatividade adequada .....	166
CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS.....	173
BIBLIOGRAFIA .....	185
ANEXO I .....	193